

INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

Edital 12/2025

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|----------------------------|--------------------------|
| 12/2025 | 240108-INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT | ADRIANA DA SILVA CALDERARO | 24/11/2025 13:34 (v 0.7) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|-----------------------|-------------------------|
| VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC | 24/2025 | 01340.006365/2025-16 |

1. Do objeto

PREGÃO ELETRÔNICO

90118/2025

CONTRATANTE (UASG)

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (240108)

OBJETO

Eventual aquisição de servidores de processamento de dados, para atender às necessidades da Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS) do INPE de Cachoeira Paulista/SP, incluindo os serviços de instalação, configuração, e, por período de 60 meses, prestação de garantia e assistência técnica dos equipamentos, com reposição de peças.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 11.047.564,70

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 05/12/2025 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

menor preço por item

MODO DE DISPUTA

aberto

ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90118/2025

(Processo Administrativo nº 01340.006365/2025-16)

Torna-se público que o **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI**, por meio do **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE**, mediante o Setor de Pregão, sediado na Rodovia Presidente Dutra, Km 40, CEP 12.630-000 - Cachoeira Paulista/SP, realizará licitação, para **registro de preços**, na

modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **eventual aquisição de servidores de processamento de dados, para atender às necessidades da Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS) do INPE de Cachoeira Paulista/SP, incluindo os serviços de instalação, configuração, e, por período de 60 meses, prestação de garantia e assistência técnica dos equipamentos, com reposição de peças**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será **dividida em 03 itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. Da participação na licitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. **Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).**

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens 01, 02 e 03, a participação é restrita a empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico nos termos das Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio - *Justificativa: tendo em vista que o objeto da presente licitação não se reveste de complexidade tal que justifique a reunião de empresas em consórcio para fornecê-lo, objetiva-se por tal vedação estimular a competitividade, pois, assim, cada empresa do ramo concorrerá isoladamente; ademais, tal permissão causaria ainda desnecessária morosidade à etapa de habilitação;*

3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento

ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.14. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. Em todos os itens, em que a participação não é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, que deve ser igual à quantidade máxima estimada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.9.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O **lance** deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,02% (dois centésimos por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Na presente licitação, como será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.19.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.19.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.19.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.19.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.19.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.21.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.19.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.21.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.21.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.21.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.19.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas brasileiras;

6.20.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos seguintes documentos complementares: manuais de instalação, catálogo de especificações técnicas, atestados e/ou certificados pertinentes aos equipamentos, e qualquer outra documentação técnica pertinente.**

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. **SICAF**;

7.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União** (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União** (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. **A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.**

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da fase de habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original **ou** por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DO TERMO DE CONTRATO

8.19. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.20. O adjudicatário terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.21. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **02 (dois) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **02 (dois) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.22. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.23. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.24. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.24.1. A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

8.25. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

9. Da ata de registro de preços

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:**

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. **A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.**

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.9. Em caso de prorrogação da ata, **não poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

10. Da formação do cadastro de reserva

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Dos recursos

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.1.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.1.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: **SEI - Acesso para Usuários Externos** - **Link:** https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=7

12. Das infrações administrativas e sanções

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e /ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A **multa** será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **e-mail:** pregaocp@inpe.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

14.12.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.2.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

14.2.3. ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato;

14.11.4. ANEXO IV – Minuta da Autorização de Compra.

Cachoeira Paulista, data e hora da assinatura.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE ARISTEU DE SOUZA RUAS

Chefe do Serviço de Compras, Recebimento e Importação - SECRI



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 13:34:05.

INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

Termo de Referência 150/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

150/2025

240106-INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

Editado por

DIEGO MOTA SIQUEIRA

Atualizado em

19/11/2025 12:10 (v 0.8)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC

Número da Contratação

24/2025

Processo Administrativo

01340.006365/2025-16

1. Condições gerais da contratação

1.1 Eventual aquisição de servidores de processamento de dados, para atender às necessidades da Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS) do INPE de Cachoeira Paulista/SP, incluindo os serviços de instalação, configuração, e, por período de 60 meses, prestação de garantia e assistência técnica dos equipamentos, com reposição de peças, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Descrição | CATMAT | Qtd Min. | Qtd Max | Unidade | Valor Unitário (Médio) | Valor Total Estimado |
|----------------------|--|--------|----------|---------|---------|------------------------|----------------------|
| 1 | Servidor tipo 1 com 2TB RAM, 256 núcleos e 16TB discos NVMe | 610068 | 05 | 10 | UN | R\$ 585.165,51 | R\$ 5.851.655,10 |
| 2 | Servidor tipo 2 com 1 TB RAM, 128 núcleos e 16 TB discos mecânicos | 479972 | 05 | 10 | UN | R\$ 345.066,67 | R\$ 3.450.666,70 |
| 3 | Servidor tipo 3 com 512 GB RAM, 64 núcleos e 16TB discos mecânicos | 621658 | 05 | 10 | UN | R\$ 174.524,29 | R\$ 1.745.242,90 |
| Valor Total Estimado | | | | | | | R\$ 11.047.564,70 |

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4 O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano** contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNPC, **podendo ser prorrogado por igual período mediante a anuência do fornecedor , desde que comprovado o preço vantajoso**, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O prazo de **vigência da contratação é de 105 (cento e cinco) dias** úteis contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A solução de TIC é composta pelos seguintes itens:

Bens e serviços que compõem a solução

| Item | Descrição | Qtd. Min. | Qtd. Max. | Unidade |
|------|--|--------------|--------------|---------|
| 1 | Servidor tipo 1 com 2TB RAM, 256 núcleos e 16TB discos NVMe | 05 | 10 | UN |
| 2 | Servidor tipo 2 com 1 TB RAM, 128 núcleos e 16 TB discos mecânicos | 05 | 10 | UN |
| 3 | Servidor tipo 3 com 512 GB RAM, 64 núcleos e 16TB discos mecânicos | 05 | 10 | UN |

2.2.1 Os servidores e seus componentes deverão ser compatíveis com soluções Open Source, a fim de diminuir os custos com licenciamento de softwares proprietários e manter-se a continuidade e a compatibilidade do ambiente atual de virtualização, o qual encontra-se em operação. Logo, os servidores deverão ser compatíveis com sistemas operacionais Linux.

2.2.2 A solução de servidores deverá ter garantia e suporte para o hardware de no mínimo 60 meses, com atendimento no próximo dia útil no local do site da contratante, no modelo 8x5 (8 horas x 5 dias), em horário comercial.

2.3. Das especificações técnicas de Hardware para cada servidor

2.3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1.1 A Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS) do INPE em Cachoeira Paulista - SP possui, dentre suas diversas responsabilidades, a atribuição de efetuar a operação e a manutenção dos equipamentos da infraestrutura computacional do Instituto para atividades de pesquisa e desenvolvimento e também atividades operacionais diárias. Dentre estes equipamentos, o INPE faz uso de sistemas de computação de alto desempenho, para realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de meteorologia, oceanografia e do sistema terrestre.

3.1.2 Realizam-se, também, tarefas de prestação de serviços, tais como a geração, disponibilização e curadoria de dados e imagens de satélites meteorológicos e de sensoriamento remoto, previsões de tempo e clima, e a realização de testes, ensaios e calibrações. Além disso, o Instituto transfere tecnologia e fomenta a capacitação da indústria espacial brasileira, assim como o desenvolvimento de um setor nacional de prestação de serviços especializados no campo espacial. Essas atividades demandam intenso fluxo de processamento de dados, com a utilização de imagens e informações de cunho técnico -científico, o que exige o uso de infraestrutura computacional robusta e massiva para manter, com segurança, os dados por tempo indeterminado.

3.1.3 A aquisição de novos servidores de processamento é essencial para a atualização e modernização da atual infraestrutura de processamento de dados do INPE. Os equipamentos atualmente em operação encontram-se defasados, sem garantia de fabricante e sujeitos a falhas devido ao uso contínuo e ininterrupto no datacenter, o que representa um risco elevado para a manutenção dos serviços estratégicos prestados pela instituição.

3.1.4 Os novos servidores serão dedicados ao uso intensivo de processamento de dados em plataformas de virtualização e banco de dados, ampliando significativamente a capacidade computacional disponível. Entre os benefícios esperados, destacam-se:

- **Modernização tecnológica**, garantindo maior confiabilidade operacional;
- **Aumento da capacidade de processamento**, viabilizando análises mais rápidas e robustas;
- **Eficiência energética**, com equipamentos de última geração que consomem menos recursos e reduzem custos operacionais;

- **Ampliação dos recursos computacionais**, assegurando maior flexibilidade e escalabilidade para demandas futuras.

3.1.5 O não investimento nesta aquisição coloca em risco direto a continuidade das operações de previsão de tempo e clima realizadas diariamente pelo INPE, que dependem do processamento de grandes volumes de dados. A eventual interrupção desses serviços pode gerar impactos significativos não apenas para a comunidade científica, mas também para setores estratégicos da sociedade, como agricultura, defesa civil, transportes e energia.

3.1.6 Assim como acontece com a maioria das tecnologias, esses equipamentos sofrem com a depreciação natural que, associado ao avanço das novas tecnologias, impõe aos gestores a responsabilidade de tomada de decisões e medidas que garantam a continuidade do processamento e distribuição das informações.

3.1.7 Diante desse cenário, a aquisição dos novos servidores de processamento de dados representa não apenas a mitigação de riscos operacionais, mas também um investimento estratégico na manutenção da excelência do INPE em suas atividades de pesquisa e prestação de serviços críticos para o País.

3.1.6 De modo complementar, destacamos que esta aquisição possui também um objetivo conjunto de realizar a substituição dos equipamentos do ambiente de servidores de processamento e virtualização que atendem o Serviço de Supercomputação – SESUP visando garantir a continuidade dos serviços prestados, sendo estes, indispensáveis para que o INPE possa atender a sua missão com excelência e eficácia, visto que a modernização do parque computacional pode prover melhores condições de atendimento à comunidade de usuários e o acesso aos dados oriundos dos Sistemas de Supercomputação e HPC, bem como às imagens e aos dados de satélites disponibilizados no catálogo de imagens do INPE para as organizações públicas e privadas que utilizam os dados gerados durante o processamento dos modelos numéricos de tempo e clima.

3.2 Historicamente, em razão da vantajosidade em promover economicidade para a Instituição, a Administração utiliza o sistema de registro de preços para este tipo de contratação conforme devidamente justificado nos processos administrativos anteriores a saber: 01340.006888/2022-10 e 01340.003640/2023-88.

3.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

3.3.1 ID PCA no PNCP: 01263896000164-0-000008/2025

3.3.2 Data de publicação no PNCP: 10/05/2024

3.3.3 Id do item no PCA: 278

3.3.4 Classe/Grupo: 7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA

3.3.5 Identificador da Futura Contratação: 240106-24/2025

3.4. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2020 a 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2026 do *INPE*, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS

Plano Diretor 2022-2026 do INPE

| ID | Objetivos Estratégicos |
|--|--|
| OE-8 | Atualizar e expandir a infraestrutura técnica e de pesquisa, e a capacidade operacional do INPE. |
| M-8.5 | Ampliar de forma sustentada a capacidade operacional de processamento de alto desempenho e de armazenamento da Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS). |
| ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) 2022 - | |
| Tema de nº 06 | Compras e Contratações Sustentáveis |

| ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2023 | | | |
|--------------------------------|---|-------------|--|
| ID | Ação do PDTIC | ID | Meta do PDTIC associada |
| Sessão 11 | Plano de Ações: Quadro 3 – Tema: Recursos Computacionais Áreas Finalísticas, ação 2 | Item 6.4.2 | Diretrizes Aplicadas a Recursos Computacionais das Áreas Finalísticas |
| | Plano de Ações: Quadro 5 – Tema: Armazenamento, ação 3 | Item 6.4.7. | Diretrizes Aplicadas a Armazenamento e Gerenciamento de Dados |
| | | Anexo II | Mapa estratégico de TIC 2022-2023: <ul style="list-style-type: none"> • OE2: IE2.3 • OE8, IE8.1, IE 8.2, IE8.3 |

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Negócio:

4.1. Os equipamentos devem ser entregues na unidade do INPE de Cachoeira Paulista - SP no endereço: **Rodovia Presidente Dutra, KM 40 - Prédio CPTEC/INPE de Cachoeira Paulista - SP - Cep: 12630-000**, incluindo todos os dispositivos e acessórios necessários ao seu funcionamento adequado.

4.1.2 Os horários de entrega devem ser acordados junto ao setor requisitante pelo e-mail: **secretaria.coids@inpe.br**, de forma a garantir a presença de um servidor do Instituto no momento do descarregamento do respectivo material junto ao almoxarifado, para conferência prévia do lote.

4.1.3 Os equipamentos deverão ser entregues com todos os componentes necessários para seu funcionamento considerando a versão mais atual e compatível com as descrições técnicas, bem como acompanhados de sua documentação.

4.1.4 Garantia contratual de no mínimo 60 (sessenta) meses, sem custo adicional para o INPE, a partir da emissão do Atestado de Aceitação Final pelo requisitante.

4.1.5 O prazo para solução de qualquer ocorrência dentro da garantia deverá ser estabelecido entre as partes. O serviço de manutenção em garantia deve ser prestado por meio de rede de assistência técnica autorizada ou diretamente pelos fabricantes, em território nacional.

4.1.6 A contratada deverá fornecer informações e esclarecimentos de dúvidas sobre administração, configuração, otimização, troubleshooting ou utilização.

4.1.7 A contratada deverá garantir o bom funcionamento do bem adquirido cuidando para que sejam feitas:

4.1.7.1 Substituições de hardware defeituoso ou viciado;

4.1.7.2 Ajustes e configurações conforme manuais e normas técnicas do fabricante;

4.1.7.3 Demais procedimentos destinados a recolocar a solução em perfeito estado de funcionamento;

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.2.1 Todavia, a CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE acerca do fornecimento ou de características técnicas dos equipamentos em até 48 h corridas.

Requisitos de Legais

4.3 O presente processo de contratação deve estar aderente à [Constituição Federal](#), à [Lei nº 14.133/2021](#), à [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.4 Esta contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e suas atualizações.

Requisitos de Manutenção

4.5 Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução;

4.6 A empresa fornecedora do produto deverá dispor de meio de comunicação que permita suporte técnico e abertura de chamados técnicos no caso de problemas com o produto fornecido.

4.7 Uma vez aberto o chamado, a empresa fornecedora deverá providenciar a troca do produto defeituoso em até 15 dias corridos.

4.8 Os níveis mínimos de Serviço Exigidos são especificados no item 7.29 do Termo de Referência.

Requisitos Temporais

4.9 A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 90 dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.10 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e:

4.10.1 Obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais de confidencialidade e segurança da informação adotados pelo INPE;

4.10.2. Manter confidencialidade, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse do INPE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato devendo orientar seus empregados nesse sentido;

4.10.3. Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus funcionários que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização do INPE;

4.10.4. Responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo ao INPE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;

4.10.5. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, do INPE;

4.10.6. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pelo INPE e as configurações de hardware e de software decorrentes;

4.10.7. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, seja fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc;

4.10.8. Executar todos os testes de segurança necessários e definidos na legislação pertinente;

4.10.9. Submeter seus funcionários aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pelo INPE, observando o termo de compromisso de uso aceitável dos recursos computacionais do INPE.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11 Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.11.1 O “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis” e o Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, regulamentado pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, no que diz respeito às especificações dos equipamentos, os itens devem apresentar:

4.11.1.2 no que diz respeito às especificações dos equipamentos, os itens devem apresentar conformidade com as diretivas ROHS (Restriction of Hazardous Substances), em conformidade com a IN01 de 19/01/2010 da SLTI/MPOG (TI Verde), quanto a não utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente ou deve ser apresentada comprovação técnica demonstrando que o equipamento não é fabricado utilizando substâncias nocivas ao meio ambiente como cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb);

4.11.1.3 Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.12 Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos no subitem 5.2 do Estudo Técnico Preliminar.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13 Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.13.1 Os equipamentos que constam na ARP serão solicitados junto ao vencedor do certame de acordo com as necessidades demandadas ao longo da validade da referida ATA.

Requisitos de Implantação

4.14 Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.14.1 Para a implantação dos equipamentos, será disponibilizada infraestrutura local, com os pontos de acesso necessários.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.15 A garantia de cada ITEM contratado através do SRP terá início a partir da emissão do respectivo Termo de Aceite Definitivo. O documento Termo de Aceite Definitivo é emitido pela equipe técnica do INPE para cada equipamento/produto entregue;

4.16 A garantia deverá ser de 60 (sessenta) meses, com atendimento 8 horas por dia, 5 dias da semana, observando as condições de tempo de atendimento conforme estabelecido no Item 7.29 e subitens relacionados que tratam dos **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**, deste Termo de Referência;

4.17 Durante a garantia deverão ser substituídas sem ônus para a Instituição, as partes ou peças defeituosas, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

4.18 Esta garantia deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento ou por rede de assistência técnica autorizada;

4.19 O fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico do tipo “0800”, bem como e-mail e website para suporte técnico e abertura de chamados técnicos;

4.20 Em caso de chamado técnico em que seja necessária a troca de equipamento em garantia, a Contratada deverá primeiro encaminhar novo equipamento ao Contratante, e aguardar a devolução do equipamento defeituoso;

4.21 Possuir recurso disponibilizado via website do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do número de série do equipamento. Este recurso facilita a verificação da validade da garantia, reduzindo o tempo ocioso do equipamento em caso de falha;

4.22 O fabricante deverá disponibilizar em seu website, documentos de manutenção regular e de atualização do equipamento.

Requisitos de Experiência Profissional

4.23 Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

4.24 A CONTRATADA deverá demonstrar capacitação técnica mediante a apresentação de atestados que comprovem experiência na prestação dos serviços similares e compatíveis com as características e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.25 O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) ou Contrato, emitida pela Contratante.

4.26 A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.27 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento de 8 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.28 O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.29 O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos no item 4.10 deste Termo de Referência.

Sustentabilidade

4.31 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.32 no que diz respeito às especificações dos equipamentos, os itens deverão apresentar conformidade com as diretivas RoHS, comprovando a não utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente; eficiência energética certificada (como ENERGY STAR, EPEAT ou equivalente); emprego de materiais recicláveis ou reciclados sempre que possível; embalagens ambientalmente adequadas; e mecanismos de logística reversa que assegurem o descarte e a destinação final corretos conforme a Lei nº 12.305/2010.

4.33 Essas exigências visam promover a sustentabilidade nas contratações públicas de TIC, fortalecendo práticas de produção responsável, consumo energético eficiente e gestão ambientalmente correta dos resíduos eletrônicos, em conformidade com as políticas públicas e princípios da Lei nº 14.133/2021.

Subcontratação

4.34 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.35 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 3% (três por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.36 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.37 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.38 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.39 A implantação dos equipamentos será em etapas, e desta forma as LICITANTES devem considerar que não haverá a solicitação imediata da totalidade dos itens registrados.

Margem de Preferência

4.40 O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **normal de 10%** (dez por cento) e **adicional de 10%** (dez por cento) - portaria DesIn -, previstas no **Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024**, conforme disposto na **Resolução CICS/MGI nº 08, de 31 de março de 2025**, da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS - **ANEXO I - CÓDIGO NCM 84.71** -, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5. Papéis e responsabilidades

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.3. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.4. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.5. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. Modelo de execução do contrato

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1 O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2 O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.3 As entregas dos itens deverão ser feitas de acordo com os “prazos de entrega” definidos para os itens do **SRP**, (vide Cronograma Físico - Financeiro constante ao subitem 11.3 deste Termo de Referência), considerando como início do prazo a data de assinatura do Contrato de fornecimento.

6.4 O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

6.5 O prazo de entrega dos bens é de 90 dias úteis, contados da assinatura do Contrato de fornecimento dos bens, em remessa única.

6.6 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.7 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rodovia Presidente Dutra, KM 40 - Prédio CPTEC/INPE de Cachoeira Paulista - SP - Cep: 12.630-000

Formas de transferência de conhecimento

6.8 Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.10 Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

6.11 Levando em consideração o aumento significativo de dados, estima-se o quantitativo mínimo e máxima conforme tabela abaixo:

Quantitativo:

| Id. | Descrição | CATMAT | Qtd Min. | Qtd Max. |
|-----|--|--------|----------|----------|
| 1 | Servidor tipo 1 com 2TB RAM, 256 núcleos e 16TB discos NVMe | 610068 | 05 | 10 |
| 2 | Servidor tipo 2 com 1 TB RAM, 128 núcleos e 16 TB discos mecânicos | 479972 | 05 | 10 |
| 3 | Servidor tipo 3 com 512 GB RAM, 64 núcleos e 16TB discos mecânicos | 621658 | 05 | 10 |

Mecanismos formais de comunicação

6.12 São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.12.1 Ordem de Fornecimento de Bens;
- 6.12.2. Ofício;
- 6.12.3. Contato por meio telefônico em uma central de atendimento oferecida pela empresa
- 6.12.4 E-mails (institucional) e telefones;

Formas de Pagamento

6.13 Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.14 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.15 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS [SEI 13149827] e [SEI 13149848].

7. Modelo de gestão do contrato

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da [IN SGD/ME nº 94, de 2022](#), e ocorrerá em até 3 (três) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3 esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da [IN SGD nº 94, de 2022](#), observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9 O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da [IN SGD nº 94, de 2022](#), acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022](#), verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.16 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.18 Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.18.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.18.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.18.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.19 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.18 A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.19 Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.20 Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral,

furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.21 Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.22. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.23. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.24 Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.25 Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.26 A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.27 Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.28 Por se tratar de aquisição de equipamentos, os procedimentos de teste e inspeção se basearão em testes de performance, além do acompanhamento durante a utilização dos equipamentos.

7.29 Ao receber os equipamentos deverá ser realizada a inspeção para verificar se todos os itens estão sendo entregues pela contratada, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos. 7.30 Durante a configuração / instalação dos equipamentos, poderão ser feitos testes de performance, utilizando-se de softwares específicos.

7.30 Os equipamentos deverão ser utilizados conforme instruções do fabricante e as orientações da contratada, reduzindo assim os riscos de danos materiais.

7.31 As requisições de suporte / manutenção aos equipamentos deverão ser acompanhadas com o intuito de se verificar a qualidade dos equipamentos, além da sua vida útil.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.32 Será adotado a manutenção tipo corretiva de Acordo de Nível de Serviço – ANS (Service Level Agreement – SLA). A manutenção técnica corretiva, não periódica e que variavelmente poderá ocorrer durante todo o período de garantia. A mesma possui suas causas em falhas e erros em equipamentos ou softwares e trata da correção dos danos atuais e não iminentes. Esta manutenção inclui os procedimentos destinados a recolocar em perfeito estado de operação os serviços e equipamentos, tais como:

7.32.1 Do hardware: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrente de falhas no hardware, fornecimento de peças de reposição, substituição de hardware defeituoso, atualização da versão de drivers e firmwares, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados.

7.32.2 Do software (aplicativos e sistema operacional): desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrente de falhas no software, atualização da versão de software, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

7.32.3 Quanto às atualizações pertinentes aos softwares: Entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a solicitação de atualização de tais versões ocorra durante o período de garantia do contrato.

7.32.4 A manutenção técnica corretiva será realizada sempre que solicitada pelo Contratante por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa Contratada (ou a sua Credenciada) via telefone (com número do tipo “0800”), website Internet ou e-mail;

7.32.5 No atendimento aos chamados técnicos abertos, deverá ser disponibilizado suporte personalizado por um analista designado;

7.32.6 Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação do responsável da CONTRATANTE e o término de atendimento dar-se-á com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;

7.32.7 A severidade de atendimento aos chamados será definida conforme avaliação do problema frente a Tabela 3: TABELA DE INÍCIO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO;

Tabela 3: Tabela de Início de Atendimento de Chamado

| TABELA DE INÍCIO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO | | |
|--|--|--------------------------------|
| Severidade | Descrição | Tempo de início de atendimento |
| 1– Urgente | Serviço parado no ambiente de produção | Em até 06 (seis) horas |

| | | |
|----------------|---|----------------------------------|
| 2 – Importante | Problemas contornáveis que não impactam o ambiente de produção | Em até 12 (doze) horas |
| 3 – Informação | Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento, dentre outros. | Em até 24 (vinte e quatro) horas |

7.32.8 Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como número de série e código do equipamento, anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e versão do software utilizada no hardware, incluindo a severidade da ocorrência conforme a Tabela 3;

7.32.9 Todas as solicitações feitas pela contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços e ainda:

7.32.10 A Contratada, após a realização dos serviços de garantia, deverá apresentar um relatório contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, as providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado pelo gestor do contrato;

7.32.11 O tempo do início efetivo de atendimento ao chamado técnico deverá ser de acordo com a Tabela 3: TABELA DE INÍCIO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO, contado a partir da abertura do mesmo;

7.32.12 Após o início do atendimento, o tempo de solução do problema deverá ser de acordo com a Tabela 4: TABELA DE SOLUÇÃO DO CHAMADO TÉCNICO, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para as respectivas severidades;

Tabela 4: Tabela de Solução de Atendimento de Chamados

| TABELA DE SOLUÇÃO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO | | |
|---|---|----------------------------------|
| Severidade | Descrição | Tempo de solução |
| 1– Urgente | Serviço parado no ambiente de produção | Em até 24 (vinte e quatro) horas |
| 2 – Importante | Problemas contornáveis que não impactam o ambiente de produção | Em até 72 (setenta e duas) horas |
| 3– Informação | Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento, dentre outros. | Em até 120 (cento e vinte) horas |

7.32.13 Em qualquer uma das severidades da Tabela 5 que exija a reposição de peça defeituosa o tempo para reposição da peça é de até 24 horas contado a partir da identificação da necessidade de troca do item defeituoso;

7.32.14 Este serviço deve estar disponível para acionamento e atendimento no sistema 8x5 (oito horas por dia, cinco dias da semana);

7.32.15 A manutenção corretiva está restrita aos equipamentos e softwares adquiridos pelo contrato;

7.32.16 Não são de responsabilidade da Contratada os seguintes serviços, sendo estes de exclusiva responsabilidade da Contratante:

7.32.16.1 O fornecimento, instalação ou manutenção de pontos de cabeamento estruturado lógico e/ou elétrico para conexão dos equipamentos adquiridos;

7.32.16.2 A reinstalação física ou remanejamento físico de equipamentos entre racks seja na mesma localidade ou para outras localidades em caso de mudança do local de prestação dos serviços após o Aceite Final;

7.32.16.3 O fornecimento, Instalação ou manutenção de Racks para acomodação dos equipamentos;

7.32.16.4 O fornecimento, instalação ou manutenção de sistema de aterramento elétrico.

7.32.17 A inobservância dos prazos de atendimento dos chamados relativos à Garantia e Assistência, conforme disposto no Acordo de Nível de Serviço implicará à contratada as seguintes sanções:

7.32.17.1 Em caso de atraso na resposta a consultas técnicas. Poderá haver mais de uma consulta aberta simultaneamente, razão pela qual poderá haver a cobrança cumulativa de multas sobre o atraso na resposta - Multa no valor de 0,01% (um centésimo por cento) por dia de atraso, para cada consulta não respondida, calculada sobre o valor total do contrato, limitada a 20 (vinte) dias.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.33 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.34 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.34.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.34.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.34.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.35 Multa:

7.35.1 multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) do valor total da obrigação em atraso. A contagem dos dias de atraso inicia-se no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para execução ou entrega, até a efetiva regularização da obrigação.

7.35.2 multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia exigida, limitada ao máximo de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

7.35.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.35.3 Compensatória para infrações contratuais parciais, tais como o descumprimento de prazos intermediários, entrega de bens fora das especificações técnicas, execução irregular ou inobservância de obrigações acessórias, será aplicada multa compensatória de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação afetada.

7.35.4 Compensatória para inexecução total do contrato ou do compromisso assumido na Ata de Registro de Preços, será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da rescisão contratual e das demais sanções administrativas cabíveis, nos termos dos arts. 156 e 157 da Lei nº 14.133/2021.

7.36 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.37 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.38 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.39 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.40 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.

158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.40.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.40.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.41 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.41.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.41.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.41.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.41.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.41.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.42 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.43 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.44 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.44.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.45 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.46 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.47 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.47.1 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

7.48 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.49 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.50 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.51 O prazo para recebimento definitivo **poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período**, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.52 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.53 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.54 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético -profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.55 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.55.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.55.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.55.2.1 o prazo de validade;

7.55.2.2 a data da emissão;

7.55.2.3 os dados do contrato e do órgão Contratante;

7.55.2.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.55.2.5 o valor a pagar; e

7.55.2.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.56. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.57. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.58. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.59. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.60. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.61. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.62. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.61 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.62 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

7.63 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.64 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.65 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.66 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.67 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.68 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.69 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.70 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.71 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.72 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.73 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas;

8. Do reajuste

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

8.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI , mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade^[A3] .

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3 A margem de preferência será aplicada sobre o preço das soluções de TIC de origem nacional, conforme os percentuais definidos em legislação específica.

9.4 As empresas interessadas em se beneficiar da margem de preferência devem comprovar o cumprimento dos requisitos técnicos e documentais que atestem a origem nacional dos produtos e serviços oferecidos.

Exigências de habilitação

9.5 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.11 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.13 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

9.23 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.24 **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:

9.24.1 Índices de Liquidez Geral (LG), liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos;

9.24.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

9.27. **O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, com vistas a comprovar a boa saúde econômico-financeira da empresa.**

Qualificação Técnica

9.28 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.1.1 Comprovação de quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) **do quantitativo máximo licitado dos itens.**

9.28.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante

9.28.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

9.29 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.29.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.29.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.29.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.29.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.29.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.29.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.29.7 A última auditoria contábil -financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 11.047.564,70

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 11.047.564,70 (onze milhões, quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela no item 1 deste instrumento.

10.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. Adequação orçamentária

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Cronograma Físico Financeiro

11.3 Os pagamentos serão realizados de acordo com os prazos definidos no cronograma físico - financeiro e demais condições a seguir:

| Vencimento | Evento | Responsável |
|------------------------|---------------------------------|-------------|
| Dia D | Data da assinatura do Contrato | INPE |
| Dia D + 90 dias úteis | Data limite para Entrega do bem | Contratada |
| Dia D + 100 dias úteis | Aceite Provisório | INPE |

| | | |
|------------------------|--|------------|
| Dia D + 105 dias úteis | Emissão de Termo de Aceite Definitivo e Liberação de Pagamento | INPE |
| Dia D + 105 dias úteis | Início do período de garantia | Contratada |
| Dia D + 60 meses | Término do período de garantia de de 60 meses | Contratada |

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIEGO MOTA SIQUEIRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 15:54:20.

MARIO LEMES DE FIGUEIREDO NETO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 15:40:21.

MARY CLEIDE HERNANDES MANTOVANELI

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 12/11/2025 às 09:51:09.

ANTONIO ESIO MARCONDES SALGADO

Autoridade Máxima da Área de TIC



Assinou eletronicamente em 13/11/2025 às 15:13:22.

RAUL FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/11/2025 às 12:10:18.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAIS - S.J. CAMPOS - MCT

Estudo Técnico Preliminar 63/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 01340.006365/2025-16

2. Descrição da necessidade

2.1. Eventual aquisição de servidores de processamento de dados, para atender às necessidades da Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS) do INPE em Cachoeira Paulista/SP, incluindo os serviços de instalação, configuração, e, por período de 60 meses, prestação de garantia e assistência técnica dos equipamentos, com reposição de peças, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Motivação/Justificativa

2.2.1 A Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS) do INPE em Cachoeira Paulista - SP possui, dentre suas diversas responsabilidades, a atribuição de efetuar a operação e a manutenção dos equipamentos da infraestrutura computacional do Instituto para atividades de pesquisa e desenvolvimento e também atividades operacionais diárias. Dentre estes equipamentos, o INPE faz uso de sistemas de computação de alto desempenho, computação em nuvem privada, armazenamento e curadorias de dados para realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de meteorologia, oceanografia, astrofísica, geofísica, astronomia e do sistema terrestre.

2.2.2 Realiza-se, também, tarefas de prestação de serviços, tais como a processamento, disponibilização e curadoria de dados e imagens de satélites meteorológicos, de satélites científicos e satélites de observação da Terra, previsões numérica de tempo e clima, a realização de testes, ensaios e calibrações, montagem e integração de satélites. Além disso, o Instituto transfere tecnologia e fomenta a capacitação da indústria espacial brasileira, assim como o desenvolvimento de um setor nacional de prestação de serviços especializados no campo espacial. Essas atividades demandam intenso fluxo de processamento de dados, com a utilização de imagens e informações de cunho técnico -científico, o que exige o uso de infraestrutura computacional robusta e massiva para manter, com segurança, os dados por tempo indeterminado.

2.2.3 A aquisição de novos servidores de processamento é essencial para a atualização e modernização da atual infraestrutura de processamento de dados do INPE. Os equipamentos atualmente em operação encontram-se defasados, sem garantia de fabricante e sujeitos a falhas devido ao uso contínuo e ininterrupto no centro de dados científico, o que representa um risco elevado para a manutenção dos serviços estratégicos prestados à sociedade brasileira.

2.2.4 Os novos servidores serão dedicados ao uso intensivo de processamento de dados em plataformas de virtualização e banco de dados, ampliando significativamente a capacidade computacional disponível. Entre os benefícios esperados, destacam-se:

- Modernização tecnológica, garantindo maior confiabilidade operacional;

- Aumento da capacidade de processamento, viabilizando análises mais rápidas e robustas;
- Eficiência energética, com equipamentos de última geração que consomem menos energia elétrica e reduzem os custos operacionais;
- Ampliação dos recursos computacionais, assegurando maior flexibilidade e escalabilidade para as crescentes demandas.

2.2.5 O não investimento nesta aquisição coloca em risco direto a continuidade das operações de previsão de tempo e clima realizadas diariamente pelo INPE, que dependem do processamento de grandes volumes de dados. A eventual interrupção desses serviços pode gerar impactos significativos não apenas para a comunidade científica, mas também para setores estratégicos da sociedade, como agricultura, defesa civil, transportes e energia.

2.2.6 Assim como acontece com a maioria das tecnologias, esses equipamentos sofrem com a depreciação que, associado ao avanço das novas tecnologias, impõe aos gestores a responsabilidade de tomada de decisões e medidas que garantam a continuidade do processamento e da distribuição dos dados.

2.2.7 Diante desse cenário, a aquisição dos novos servidores de processamento de dados representa não apenas a mitigação de riscos operacionais, mas também um investimento estratégico na manutenção da excelência do INPE em suas atividades de pesquisa, desenvolvimento e prestação de serviços críticos para o País.

2.2.8 De modo complementar, destacamos que esta aquisição possui também um objetivo conjunto de realizar a substituição dos equipamentos do ambiente de servidores de processamento e virtualização que atendem o Serviço de Supercomputação – SESUP visando garantir a continuidade dos serviços prestados, sendo estes, indispensáveis para que o INPE possa atender a sua missão com excelência e eficácia, visto que a modernização do parque computacional pode prover melhores condições de atendimento à comunidade de usuários e o acesso aos dados oriundos dos Sistemas de Supercomputação e HPC, bem como às imagens e aos dados de satélites disponibilizados, no site <https://data.inpe.br/>, para as organizações públicas e privadas que utilizam os dados gerados durante o processamento dos modelos numéricos de tempo e clima.

2.2.9. Historicamente, em razão da vantajosidade em promover economicidade para a Instituição, a Administração utiliza do sistema de registro para este tipo de contratação conforme devidamente justificado nos processos administrativos anteriores a saber: 01340.006888/2022-10 e 01340.003640/2023-88

2.2.10. Importante ressaltar, que a aquisição pretendida segue conforme indicação de necessidades das áreas descritas no Instituto no Plano de Contratações Anual de 2025, sendo indispensável para que o INPE possa atender a sua missão com excelência e eficácia, visto que a expansão da capacidade do atual parque computacional, poderá garantir um melhor atendimento à comunidade de usuários.

2.2.11. Para esta contratação será aplicada a inclusão de demais órgãos que manifestarem interesse como partícipes por meio do IRP.

2.3. Classificação dos bens

2.3.1. Trata-se de aquisição de bem comum, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 10.818/2021, c/c o inciso XIII, artigo 6º, da mesma lei:

Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

2.3.2. Nos termos do art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços pela União, c/c o art. 2º da Portaria nº 7.828/2022, que estabelece normas complementares para o cumprimento deste Decreto, informa-se que os bens ora pretendidos nestes Estudos Técnicos não se classificam como de custeio, uma vez que tal investimento é de aplicação patrimonial, e se enquadram como equipamentos incorporados ao patrimônio da Instituição, conforme prevê o art. 13 da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

2.4. Fundamento Legal

2.4.1. A contratação será realizada mediante licitação, na modalidade Pregão, no formato eletrônico, pelo critério de julgamento menor preço, com aplicação do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, conforme disposto legalmente no inc. I do art. 28 c/c o inc. I do art. 33 c/c o inc. IV do art. 78 c/c os arts. 82 a 86, constantes da Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, na Instrução Normativa SEGES /ME nº **94/2022** e no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.4.2. Dadas as hipóteses permissivas para uso do SRP, previstas nos incisos I e II do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 (abaixo transcritas), pode-se constatar que a modalidade de Sistema de Registro de Preços, ora adotada, mostra-se adequada, vez que se trata de eventual aquisição de equipamento tipo storage, a depender das reais necessidades identificadas pelo Instituto no decorrer da vigência da Ata:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas [...]

2.5. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

2.5.1 Destaca-se que a presente contratação está, alinhada ao Plano Diretor 2022- 2026 do INPE, especificamente em seu Objetivo Estratégico de nº 8 (pág. 88), o qual prevê:

OE-8 Atualizar e expandir a infraestrutura técnica e de pesquisa, e a capacidade operacional do INPE.

M-8.5 Ampliar de forma sustentada a capacidade operacional de processamento de alto desempenho e de armazenamento da Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS).

2.5.2 Esta contratação encontra-se prevista no Plano Contratações Anual (PCA) deste Instituto para o exercício de 2025, sob o item: 278

2.5.3. Esta contratação encontra-se prevista no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) deste Instituto com vigência desde 2022, sob o Tema de nº 06. Compras e Contratações Sustentáveis.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------|---------------------|
| COIDS/INPE | Ivan Márcio Barbosa |
| SESUP/INPE | Diego Mota Siqueira |

4. Necessidades de Negócio

4.1. Os equipamentos devem ser entregues na unidade do INPE de Cachoeira Paulista -SP, prédio CPTEC no endereço: Rodovia Presidente Dutra, KM 40 - INPE de Cachoeira Paulista - SP - Cep: 12.630-000, incluindo todos os dispositivos e acessórios necessários ao seu funcionamento adequado.

4.2. Os horários de entrega devem ser acordados junto ao setor requisitante pelo e-mail: secretaria.coids@inpe.br, de forma a garantir a presença de um servidor do Instituto no momento do descarregamento do respectivo material junto ao almoxarifado, para conferência prévia do lote.

4.3. Os equipamentos deverão ser entregues com todos os componentes necessários para seu funcionamento considerando a versão mais atual e compatível com as descrições técnicas, bem como acompanhado de sua documentação.

4.4. Garantia contratual dos itens registrados de no mínimo 60 (sessenta) meses, sem custo adicional para o INPE, a partir da emissão do Atestado de Aceitação Final pelo requisitante.

4.5. O prazo para solução de qualquer ocorrência dentro da garantia deverá ser estabelecido entre as partes.

4.6. O serviço de manutenção em garantia deve ser prestado por meio de rede de assistência técnica autorizada ou diretamente pelos fabricantes, em território nacional.

4.7. A contratada deverá fornecer informações e esclarecimentos de dúvidas sobre administração, configuração, otimização, troubleshooting ou utilização.

4.8. A contratada deverá garantir o bom funcionamento do bem adquirido cuidando para que sejam feitas:

4.8.1 Substituições de hardware defeituoso ou viciado;

4.8.2 Ajustes e configurações conforme manuais e normas técnicas do fabricante;

4.8.3 Demais procedimentos destinados a recolocar a solução em perfeito estado de funcionamento.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. Requisitos de Capacitação

5.1.1 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto desta contratação.

5.1.2 Todavia, a CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE acerca do fornecimento ou de características técnicas dos equipamentos em até 48h corridas.

5.2. Das especificações técnicas de Hardware para cada servidor

5.2.1. Item 1 : Servidor Tipo 1 – Processamento e banco de dados com discos NVMe

Servidor de processamento de dados voltado para cargas intensivas de processamento de dados, virtualização e banco de dados, com 256 núcleos, 2TB de RAM DDR5 e discos NVMe de alta velocidade. Ideal para aplicações críticas, banco de dados, escalável e compatível com sistemas operacionais de classe enterprise.

5.2.1.1 Estrutura Física e Instalação

- O servidor deverá possuir no máximo 4U de altura para instalação em rack padrão de 19”, compatível com o rack existente no local da contratante.
- O servidor deverá ser fornecido com kit de trilhos deslizantes (rail kit) com braços articuláveis para instalação em rack 19”.
- A entrega deverá incluir a instalação física do servidor no rack da contratante.

5.2.1.2. Processamento

- O servidor deverá possuir, no mínimo, dois sockets.
- Cada processador deverá possuir:
- Mínimo de 128 núcleos físicos e 256 threads por processador.
- Frequência base de, no mínimo, 2.1 GHz, com turbo de no mínimo 3.4 GHz.
- Cache, de no mínimo, de 256 MB.
- Suporte à arquitetura de 64 bits
- Suporte a tecnologia de virtualização.
- Suporte a multithreading simultâneo (SMT/HT).
- Suporte a tecnologia de ajuste dinâmico de frequência.
- Suporte a memória DDR5 ECC, com frequência mínima de 4800 MHz.
- Suporte à tecnologia PCI Express 3.0 ou superior.

5.2.1.3. Memória RAM

O servidor deverá possuir:

- Mínimo de 2 TB de memória RAM, instalada com tecnologia DDR5 ECC Registered (RDIMM) ou superior.
- Frequência mínima de 4800 MHz.
- Todos os módulos devem ser idênticos e compatíveis entre si.
- Compatível com expansão futura.

5.2.1.4. Armazenamento Interno

O servidor deverá conter:

- Mínimo de 16TB com discos NVMe, formato U.2 ou E3.S, Hot-Plug.
- Suporte a expansão posterior de discos NVMe e SSDs.

5.2.1.5 Controladora de Armazenamento (RAID)

A controladora RAID deverá possuir:

- Cache de, no mínimo, 8 GB com proteção por supercapacitor ou bateria.
- Capacidade de configurar os níveis de RAID 0, 1, 5 e 6 via hardware.
- Compatibilidade com discos NVMe.

5.2.1.6. Interfaces de Rede

- 1 (uma) placa de rede com 2 (duas) portas 1GbE Base-T, padrão RJ-45 (UTP).
- 2 (duas) placas de rede ópticas, cada uma com 2 (duas) portas de 10/25Gbps
- Ethernet (totalizando 4 portas 10/25GbE por servidor), padrão PCI Express 3.0 ou superior.

Deverão ser fornecidos:

- Cabos DAC ou transceivers para todas as portas **10GbE**, acompanhados de cabos ópticos padrão LC/LC OM3, com mínimo de 10 metros de comprimento por enlace.

5.2.1.7. Expansão e Conectividade

- O servidor deverá conter slots PCI Express (Risers) suficientes e já instalados para suportar todas as placas de rede e demais expansões solicitadas.

5.2.1.8. Fontes de Alimentação e Energia

O servidor deverá possuir:

- 2 (duas) fontes redundantes, compatíveis com alimentação 220V ou bivolt automática, com potência suficiente para suportar toda a configuração em carga máxima.
- 2 (dois) cabos de energia padrão NBR 14136 2P+T para C13, 250V, 13A, comprimento de 2m.
- Ventiladores de resfriamento redundantes, hot-swap, sem necessidade de desligar o equipamento para substituição.

5.2.1.9. Gerenciamento Remoto

O servidor deverá possuir:

- Controladora de gerenciamento remoto out-of-band, integrada à placa-mãe (iDRAC, iLO, XClarity Controller ou equivalente).
- Acesso remoto via interface web, suporte a KVM-over-IP, acesso à BIOS, sensores de hardware, logs, e controle de energia.

5.2.2 Item 2: Servidor Tipo 2 – Processamento Intensivo com HDD

Servidor robusto para virtualização e serviços de infraestrutura, com 128 núcleos, 1TB de RAM DDR5 e armazenamento mecânico (SAS/SATA). Balanceia alto desempenho com grande capacidade de armazenamento bruto.

5.2.2.1. Estrutura Física e Instalação

- O servidor deverá possuir no máximo 4U de altura para instalação em rack padrão de 19", compatível com o rack existente no local da contratante.
- O servidor deverá ser fornecido com kit de trilhos deslizantes (rail kit) com braços articuláveis para instalação em rack 19".
- A entrega deverá incluir a instalação física do servidor no rack da contratante.

5.2.2.2. Processamento

- O servidor deverá possuir dois sockets (mínimo).
- Cada processador deverá possuir:
 - Mínimo de 64 núcleos físicos e 128 threads por processador.
 - Frequência base de no mínimo 2.1 GHz, com turbo de no mínimo 3.4 GHz.
 - Cache mínimo de 256 MB.
 - Suporte à arquitetura de 64 bits.
 - Suporte a tecnologia de virtualização.
 - Suporte a multithreading simultâneo (SMT/HT).
 - Suporte a tecnologia de ajuste dinâmico de frequência.
 - Suporte a memória DDR4 ECC, com frequência mínima de 3200 MHz.
 - Suporte à tecnologia PCI Express 3.0 ou superior.

5.2.2.3. Memória RAM

O servidor deverá possuir:

- Mínimo de **1 TB de memória RAM**, instalada com tecnologia DDR5 ECC Registered (RDIMM) ou superior.
- Frequência mínima de 4800 MHz.
- Todos os módulos devem ser idênticos e compatíveis entre si.
- Compatível com expansão futura.

5.2.2.4. Armazenamento Interno

O servidor deverá conter:

- Mínimo de 4 (quatro) discos mecânicos SATA ou SAS com capacidade mínima de 4TB
- Interface SAS 12Gbps ou SATA 6Gbps;
- Velocidade mínima de rotação de 7200 RPM;
- Suporte a hot-plug;
- Suporte a expansão posterior de discos mecânicos SATA ou SAS e SSDs.

5.2.2.5. Controladora de Armazenamento (RAID)

A controladora RAID deverá possuir:

- Cache de no mínimo 8 GB com proteção por supercapacitor ou bateria.
- Capacidade de configurar os níveis de RAID 0, 1, 5 e 6 via hardware.
- Compatibilidade com discos mecânicos SATA ou SAS.

5.2.2.6. Interfaces de Rede

- 1 (uma) placa de rede com 2 (duas) portas 1GbE Base-T, padrão RJ-45 (UTP).
- 2 (duas) placas de rede ópticas, cada uma com 2 (duas) portas de 10/25Gbps Ethernet (totalizando 4 portas 10/25GbE por servidor), padrão PCI Express 3.0 ou superior.

Deverão ser fornecidos:

- Cabos DAC ou transceivers para todas as portas **10GbE**, acompanhados de cordões ópticos padrão LC/LC OM3, com mínimo de 10 metros de comprimento por enlace.

5.2.2.7. Expansão e Conectividade

- O servidor deverá conter slots PCI Express (Risers) suficientes e já instalados para suportar todas as placas de rede e demais expansões solicitadas.

5.2.2.8. Fontes de Alimentação e Energia

O servidor deverá possuir:

- 2 (duas) fontes redundantes, compatíveis com alimentação 220V ou bivolt automática, com potência suficiente para suportar toda a configuração em carga máxima.
- 2 (dois) cordões de energia padrão NBR 14136 2P+T para C13, 250V, 13A, comprimento de 2m.
- Ventiladores de resfriamento redundantes, hot-swap, sem necessidade de desligar o equipamento para substituição.

5.2.2.9. Gerenciamento Remoto

O servidor deverá possuir:

- Controladora de gerenciamento remoto out-of-band, integrada à placa-mãe (iDRAC, iLO, XClarity Controller ou equivalente).
- Acesso remoto via interface web, suporte a KVM-over-IP, acesso à BIOS, sensores de hardware, logs, e controle de energia.

5.2.3. Item 3: Servidor Tipo 3 – Infraestrutura e Serviços Gerais

Servidor com 64 núcleos, 512GB de RAM DDR5 e discos mecânicos, indicado para serviços de backend, aplicações administrativas, virtualização leve e suporte a sistemas operacionais corporativos.

5.2.3.1. Estrutura Física e Instalação

- O servidor deverá possuir altura máxima de 2U ou 4U, para instalação em rack padrão de 19 polegadas, compatível com o rack existente na contratante.
- Deverá ser fornecido com kit de trilhos deslizantes (rail kit) com braços articuláveis, compatível com o padrão de rack 19”.
- A entrega deverá incluir a instalação física do servidor no rack da contratante.

5.2.3.2. Processamento

- O servidor deverá possuir dois sockets (mínimo).
- Cada processador deverá possuir:
 - Mínimo de 32 núcleos físicos e 64 threads por processador;
 - Frequência base mínima de 2,1 GHz, com turbo mínimo de 3,4 GHz;
 - Cache mínimo de 128 MB.
 - Suporte à arquitetura de 64 bits.
 - Suporte a tecnologia de virtualização.
 - Suporte a multithreading simultâneo (SMT/HT).
 - Suporte a tecnologia de ajuste dinâmico de frequência.
 - Suporte a memória DDR5 ECC com frequência mínima de 4800 MHz.
 - Suporte à tecnologia PCI Express 3.0 ou superior.

5.2.3.3. Memória RAM

O servidor deverá possuir:

- Mínimo de **512 GB de memória RAM**, instalada com tecnologia DDR5 ECC Registered (RDIMM) ou superior.
- Frequência mínima de 4800 MHz.
- Todos os módulos devem ser idênticos e compatíveis entre si.
- Compatível com expansão futura até pelo menos 1 TB de RAM.

5.2.3.4. Armazenamento Interno

O servidor deverá conter:

- Mínimo de 4 (quatro) discos rígidos mecânicos SATA ou SAS, com capacidade mínima de 2TB cada,
- Interface SAS 12Gbps ou SATA 6Gbps;
- Velocidade mínima de rotação de 7200 RPM;
- Suporte a hot-plug
- Suporte a expansão posterior de discos mecânicos e SSDs.

5.2.3.5. Controladora de Armazenamento (RAID)

A controladora RAID deverá possuir:

- Cache de no mínimo 4 GB com proteção por supercapacitor ou bateria.
- Capacidade de configurar os níveis de RAID 0, 1, 5 e 6 via hardware.
- Compatibilidade com discos SATA e SAS.

5.2.3.6. Interfaces de Rede

- 1 (uma) placa de rede com 2 (duas) portas 1GbE Base-T, padrão RJ-45 (UTP).
- 1 (uma) placa de rede óptica com 2 portas 10GbE Ethernet, padrão PCIe 3.0 ou superior

Deverão ser fornecidos:

- Cabos DAC ou transceivers para todas as portas 10GbE, acompanhados de cordões ópticos padrão LC/LC OM3, com mínimo de 10 metros de comprimento por enlace.

5.2.3.7. Expansão e Conectividade

- O servidor deverá conter slots PCI Express (Risers) suficientes e já instalados para suportar todas as placas de rede e demais expansões solicitadas.

5.2.3.8. Fontes de Alimentação e Energia

O servidor deverá possuir:

- 2 (duas) fontes redundantes, compatíveis com alimentação 220V ou bivolt automática, com potência suficiente para suportar toda a configuração em carga máxima.
- 2 (dois) cordões de energia padrão NBR 14136 2P+T para C13, 250V, 13A, comprimento de 2m.
- Ventiladores de resfriamento redundantes, hot-swap, sem necessidade de desligar o equipamento para substituição.

5.2.3.9. Gerenciamento Remoto

O servidor deverá possuir:

- Controladora de gerenciamento remoto out-of-band, integrada à placa-mãe (iDRAC, iLO, XClarity Controller ou equivalente).
- Acesso remoto via interface web, suporte a KVM-over-IP, acesso à BIOS, sensores de hardware, logs, e controle de energia.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Requisitos de Manutenção

6.1.1 Será adotado a manutenção tipo corretiva de Acordo de Nível de Serviço – ANS (Service Level Agreement – SLA).

6.1.2 A empresa fornecedora do produto deverá dispor de meio de comunicação que permita suporte técnico e abertura de chamados técnicos no caso de problemas com o produto fornecido.

6.1.3 Uma vez aberto o chamado, a empresa fornecedora deverá providenciar a troca do produto defeituoso em até 15 dias corridos.

6.1.4 Os níveis mínimos de Serviço Exigidos são especificados no item 7.29 do Termo de Referência.

6.2. Requisitos Temporais

6.2.1 A entrega dos materiais deve ser feita em até 90 dias úteis contados a partir da assinatura do Contrato.

6.3 Requisitos de Segurança e Privacidade

6.3.1 São requisitos exigidos para CONTRATADA com relação a confidencialidade e segurança da informação:

6.3.2 Obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais de confidencialidade e segurança da informação adotados pelo INPE;

6.3.3 Manter confidencialidade, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse do INPE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato devendo orientar seus empregados nesse sentido;

6.3.4 Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus funcionários que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização do INPE;

6.3.5 Responsabilizar pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo ao INPE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;

6.3.6 Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, do INPE;

6.3.7 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pelo INPE e as configurações de hardware e de software decorrentes;

6.3.8 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, seja fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc;

6.3.9 Executar todos os testes de segurança necessários e definidos na legislação pertinente;

6.3.10 Submeter seus funcionários aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pelo INPE, observando o termo de compromisso de uso aceitável dos recursos computacionais do INPE.

6.4 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

6.4.1 Em atenção ao Plano de Logística Sustentável - PLS - do INPE (2022), em especial ao seu Tema 6 – Compras e Contratações Sustentáveis, e ainda em conformidade com o “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis” e com o Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, regulamentado pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, prevê-se que:

6.4.1.1 no que diz respeito às especificações dos equipamentos, os itens devem apresentar conformidade com as diretivas ROHS (Restriction of Hazardous Substances), em conformidade com a IN01 de 19/01/2010 da SLTI/MPOG (TI Verde), quanto a não utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente ou deve ser apresentada comprovação técnica demonstrando que o

equipamento não é fabricado utilizando substâncias nocivas ao meio ambiente como cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb);

6.4.1.2 Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6.5 Requisitos de Arquitetura Tecnológica

6.5.1 Os equipamentos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas dos subitens do item 5.2 deste instrumento.

6.6 Requisitos de Projeto e de Implementação

6.6.1 Os equipamentos que constam na ARP serão solicitados junto ao vencedor do certame de acordo com as necessidades demandadas ao longo da validade da referida ATA.

6.7 Requisitos de Implantação

6.7.1 Para a implantação dos equipamentos, será disponibilizada infraestrutura local, com os pontos de acesso necessários.

6.8 Requisitos de Garantia e Manutenção

6.8.1 A garantia de cada ITEM contratado através do SRP terá início a partir da emissão do respectivo Termo de Aceite Definitivo. O documento Termo de Aceite Definitivo é emitido pela equipe técnica do INPE para cada equipamento/produto entregue;

6.8.2 A garantia deverá ser de 60 (sessenta) meses, com atendimento 8 horas por dia, 5 dias da semana, observando as condições de tempo de atendimento conforme estabelecido no Item tabela 3 - TABELA DE INÍCIO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO do Termo de Referência;

6.8.3 Durante a garantia deverão ser substituídas sem ônus para a Instituição, as partes ou peças defeituosas, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

6.8.4 A garantia deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento ou por rede de assistência técnica autorizada;

6.8.5 O fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico do tipo "0800", bem como e-mail e website para suporte técnico e abertura de chamados técnicos;

6.8.6 Em caso de chamado técnico em que seja necessária a troca de equipamento em garantia, a Contratada deverá primeiro encaminhar novo equipamento ao Contratante, e aguardar a devolução do equipamento defeituoso;

6.8.7 A Contratada deverá possuir recurso disponibilizado via website do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do número de série do equipamento a fim de facilitar a verificação da validade da garantia, reduzindo o tempo ocioso do equipamento em caso de falha;

6.8.8 O fabricante deverá disponibilizar, em seu website, documentos de manutenção regular e de atualização do equipamento.

6.9 Requisitos de Experiência Profissional

6.9.1 A CONTRATADA deverá demonstrar capacitação técnica mediante a apresentação de atestados que comprovem experiência na prestação dos serviços similares e compatíveis com as características e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

6.10 Requisitos de Formação da Equipe

6.10.1 A CONTRATADA deve atender aos seguintes requisitos exigidos com relação às Normas Gerais dos Recursos contratados:

- a) Não utilizar qualquer servidor do INPE na execução dos serviços contratados, nos termos do que estabelece o Art. 9º, § 1º, da Lei nº. 14.133/2021, sob pena de imediata rescisão contratual;
- b) Garantir profissionais qualificados e em quantidades suficiente para execução das tarefas previstas;
- c) Colocar seu corpo técnico à disposição do INPE para orientação quanto à execução dos serviços, sempre que solicitado.

6.11. Requisitos de Metodologia de Trabalho

6.11.1 A metodologia de trabalho se baseia no acompanhamento da demanda, desde a sua solicitação até a entrega do produto ou serviço.

6.11.2 É realizado um trabalho de fiscalização durante toda a vigência do contrato garantindo assim a continuidade do serviço.

6.11.3 Uma equipe interdisciplinar composta por especialistas em aquisições e compras tem a função de garantir a continuidade do negócio, de acordo com as normas e a legislação vigente.

6.12 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

6.12.1 Em conformidade com o item 4.10 do Termo de Referência.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. O INPE atua de forma contínua e progressiva em suas atividades de pesquisa, rotineiramente incorporando novos projetos para desenvolvimento da ciência no país. Neste cenário, encontra-se em andamento o projeto de Renovação da Infraestrutura de Supercomputação denominado RISC, que demanda dentre outras atividades específicas, a expansão da infraestrutura de processamento de dados e sistemas de armazenamento de dados atual para absorver as novas demandas de supercomputação e sistemas de armazenamento de dados que serão adquiridos neste projeto. Com a conclusão do RISC, teremos um novo sistema de modelagem para previsão de tempo mais acurada e uma melhoria significativa nos resultados de modelagem científica de previsão de tempo e clima e, conseqüentemente, uma melhor disseminação de dados meteorológicos e de satélite para toda a sociedade.

7.2 Como resultado de todas estas atividades, um grande volume de dados e informações necessita ser assimilado, processado e distribuído pela infraestrutura computacional da SESUP - Serviço de Supercomputação.

7.3 Para definição das quantidades estimadas, foram considerados as aquisições realizadas nos processos administrativos anteriores apresentados na tabela abaixo:

| Ano | Descrição | Quantidade | Registro SEI |
|------------------|----------------------------------|------------|-----------------------|
| 2021 | Servidor HP Proliant DL380 GEN10 | 2 | 01340.006118 /2021-96 |
| | Servidor HP Proliant DL380 GEN10 | 3 | |
| | Servidor HP Proliant DL380 GEN10 | 5 | |
| | Servidor Dell EMC PowerEdge R740 | 1 | 01340.007111 /2021-91 |
| | Servidor Dell EMC PowerEdge R740 | 2 | 01340.008611 /2021-41 |
| | Servidor Dell EMC PowerEdge R740 | 4 | |
| | Servidor HP Proliant DL380 GEN10 | 5 | 01340.008738 /2021-60 |
| TOTAL ANO | | 22 | |
| 2022 | Servidor tipo virtualização | 1 | 01340.006888 /2022-10 |
| | Servidor de virtualização | 4 | |
| TOTAL ANO | | 5 | |
| | Servidor de virtualização | 1 | |
| | | | |

| | | | |
|------------------|---------------------------|----------|--------------------------|
| 2023 | Servidor de virtualização | 1 | 01340.003640 /2023-88 |
| | Servidor de virtualização | 1 | |
| | Servidor de virtualização | 1 | |
| | Servidor de virtualização | 4 | |
| TOTAL ANO | | 5 | |
| 2024 | Servidor de virtualização | 2 | |
| | Servidor de virtualização | 4 | |
| TOTAL ANO | | 6 | |

| | | | |
|--------------------------|----|--------------------|-----|
| Total adquirido e 4 anos | 38 | Qtd. Média por ano | 9,5 |
|--------------------------|----|--------------------|-----|

7.3.1 A média de aquisição de servidores nos últimos quatro anos (2021–2024) é de 9,5 servidores, conforme registros históricos apresentados.

7.3.2 Desta forma, levando em consideração o aumento significativo de dados, estima-se o quantitativo mínimo (considerando a disponibilidade de recursos atribuídos a unidade requisitante) e máximo (considerando a Média anual 9,5 servidores) conforme tabela abaixo:

Quantitativo:

| Item | Descrição | Qtd Min. | Qtd Max. |
|------|-------------------|----------|----------|
| 1 | Servidor (Tipo 1) | 05 | 10 |
| 2 | Servidor (Tipo 2) | 05 | 10 |
| 3 | Servidor (Tipo 3) | 05 | 10 |

8. Levantamento de soluções

8.1. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

| Id | Descrição da solução (ou cenário) |
|----|------------------------------------|
| 1 | Outsourcing de TI |
| 2 | Migração de dados em nuvem |
| 3 | Servidor de processamento de dados |

9. Análise comparativa de soluções

9.2. Examina-se nesta seção, para cada solução, os aspectos previstos na IN SGD/ME nº 94/2022 que devem ser avaliados em uma contratação de TIC:

| Requisito | Solução | Sim | Não | Não se Aplica |
|--|-----------|-----|-----|---------------|
| A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública? | Solução 1 | X | | |
| | Solução 2 | X | | |
| | Solução 3 | X | | |
| A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software) | Solução 1 | | | X |
| | Solução 2 | | | X |
| | Solução 3 | | | X |
| A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software) | Solução 1 | | | X |
| | Solução 2 | | | X |
| | Solução 3 | | | X |
| | Solução 4 | | | X |
| | Solução 1 | | | X |

| | | | | |
|--|-----------|--|--|---|
| A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG? | Solução 2 | | | X |
| | Solução 3 | | | X |

| Requisitos | | Cenários | | |
|----------------------|---|--------------------------------|---|---|
| | | Cenário 1 Outsourcing de TI | Cenário 2 Migração de dados em nuvem | Cenário 3 Servidor de alta performance |
| Negócio | Substituições de hardware defeituoso ou viciado | não atende | não atende | atende |
| | Ajustes e configurações conforme manuais e normas técnicas do fabricante | não atende | não atende | atende |
| | Garantia contratual de no mínimo 60 (sessenta) meses, sem custo adicional para o INPE | não atende | não atende | atende |
| Tecnológico | Requisitos de Manutenção | não atende | não atende | atende |
| | Requisitos de Implantação | não atende | não atende | atende |
| | Requisitos de Garantia e Manutenção | não atende | não atende | atende |
| Resultado da Análise | | não viável | não viável | viável |

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1 As soluções identificadas e consideradas inviáveis são:

- 1) **Outsourcing de TI**: envolve a terceirização de serviços na intenção de transferir as atividades relacionadas a assuntos de Tecnologia da Informação. Apesar de possuir algumas vantagens, possui também riscos, tais como perda de controle de dados, incompatibilidade e risco de confidencialidade, além do alto custo de uma contratação, considerando o volume de dados gerados e distribuídos pelo Instituto.
- 2) **Migração de dados em nuvem**: consiste em um processo de transição do modelo tradicional para a computação em nuvem, deixando de utilizar o serviço de processamento de dados em ambientes físicos, passando a operar em servidores na nuvem. Essa opção, possui limitações técnicas em decorrência da necessidade do processamento intenso de grandes quantidades de dados (atuais e históricos) que necessitam estar na nuvem. Deve-se notar que o INPE possui requisitos de desempenho rígidos para aplicações de leitura e escrita de dados, o que pode impactar significativamente o desempenho e os resultados do Instituto, devido aos grandes volumes de informações de séries atuais e históricas que precisam ser processados. Dessa forma, ainda que seja possível a migração dos dados para a nuvem, para tal solução, o custo de migração do sistema seria inexequível; portanto, tal opção não é viável no momento.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1 – CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

11.1.1 Os valores que subsidiaram os itens dos TCOs têm como origem estimativa base anual com os custos para a manutenibilidade do Datacenter do Instituto (CapEX e OpEx), assim como o tempo de vida útil (5 anos) do bem a ser adquirido.

11.1.1.2 Identificação da Solução

- Item: Servidor de Alta Performance (Tipo 1 , 2 e 3)
- Finalidade: Processamento de alto desempenho para aplicações críticas
- Vida útil estimada: 5 anos
- OPEX Anual por servidor: R\$ 37,414,22

11.1.1.3. TCO Anual por tipo de servidor

| • Item | Custos de aquisição (CAPEX) | TCO com aplicação de OPEX) por servidor e 5 anos de vida útil |
|--|-----------------------------|---|
| ITEM 1: Aquisição do servidor para processamento de dados Tipo 1 | R\$ 585.165,51 | R\$ 772.236,63 |
| | | |

| | | |
|--|----------------|----------------|
| ITEM 2: Aquisição do servidor para processamento de dados Tipo 2 | R\$ 345.066,67 | R\$ 532.137,79 |
| ITEM 3: Aquisição do servidor para processamento de dados Tipo 3 | R\$ 174.524,29 | R\$ 361.595,41 |

*Fórmula aplicada: $TCO = CAPEX + (OPEX \times 5 \text{ anos})$

11.2 – MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

11.2.1 Verificou-se apenas uma solução viável, portanto, não é possível a elaboração de um mapa comparativo com as soluções identificadas como não viáveis. Desta forma, apresenta-se a seguir um quadro comparativo dos itens a serem adquiridos por meio desta contratação.

| Descrição da solução Viável 3 | Estimativa de TCO ao longo dos anos | | | | | Total |
|-------------------------------|-------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|
| | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | |
| ITEM 1 | 625.165,97 | 40.000,46 | 40.000,46 | 40.000,46 | 40.000,46 | R\$ 785.167,81 |
| ITEM 2 | 385.067,13 | 40.000,46 | 40.000,46 | 40.000,46 | 40.000,46 | R\$ 545.068,97 |
| ITEM 3 | 214.524,75 | 40.000,46 | 40.000,46 | 40.000,46 | 40.000,46 | R\$ 374.526,59 |

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. O INPE possui um data center de grande capacidade que, dentre suas funções, suporta toda a infraestrutura para as atividades ligadas à processamento de dados, virtualização de recursos computacionais, plataformas de bancos de dados e segurança dos dados sendo capaz de distribuir os recursos computacionais, a partir de ferramentas de gerenciamento de recursos, em várias partes menores, permitindo que plataformas e sistemas operacionais distintos sejam usados na mesma infraestrutura. Essa capacidade de desmembrar os recursos é o que permite o atendimento de diferentes usuários em uma mesma infraestrutura de tecnologias heterogêneas.

12.2 Logo, conclui-se que a solução que melhor atende ao Instituto no momento atual corresponde à aquisição de servidores de processamento de dados de alta performance (Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3), em conformidade com as especificações dos requisitos do item 5 deste documento. A infraestrutura de servidores de processamento de dados, utilizando-se os chamados recursos de virtualização, permite que distintas aplicações e sistemas operacionais sejam processados em uma mesma máquina, de modo que cada aplicação ou serviço computacional utilize pequenas partes provisionadas destes

servidores destinando tais recursos ao atendimento de diferentes demandas técnicas e científicas para o processamento de dados de pesquisa e desenvolvimento, imagens de satélites, bancos de dados, dentre outros.

12.3 Os servidores e seus componentes, deverão estar em conformidade com as especificações funcionais do item 5.3 e ser compatíveis com soluções Open Source, a fim de diminuir os custos com licenciamento de softwares proprietários e manter a continuidade e a compatibilidade do ambiente atual de processamento de dados, de virtualização e de suporte aos bancos de dados que encontram-se em operação. Logo, os servidores deverão ser compatíveis com sistemas operacionais baseados em: Linux Debian e sistemas destinados à virtualização (hypervisors) como por exemplo KVM (Kernelbased Virtual Machine), Proxmox, Xen, XCP(Xen) dentre outras soluções compatíveis.

12.4 A solução de servidores deverá ter garantia e suporte para o hardware de no mínimo 60 meses, com atendimento no próximo dia útil no local do site da contratante, no modelo 8x5 (8 horas x 5 dias), em horário comercial.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 11.047.564,70

13.1 As estimativas de custo para a aquisição proposta, foram obtidas por meio de pesquisa de mercado realizada pelo INPE e foram elaboradas de acordo com o disposto na Instrução normativa SEGES/ME nº 65/2021.

13.2 Na pesquisa realizada no Painel de Preços (13160926, 13160931, 13149719), foram encontrados resultados com características coincidentes às especificadas para os bens que se pretende adquirir, resultados esses que atendem às necessidades desta contratação.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1 A análise das possíveis soluções, conforme apresentado nos itens 8 e 9, aponta para a necessidade de atualização da infraestrutura de servidores de processamento de dados existente em cada órgão, como sendo a alternativa mais adequada e eficiente. Tal escolha está alinhada com as práticas adotadas pela maioria das entidades públicas em processos de modernização de infraestrutura de TI, especialmente no que diz respeito a manter, modernizar e expandir seus data centers. Este cenário reflete o padrão técnico e operacional já consolidado no setor, garantindo maior compatibilidade, escalabilidade e continuidade dos serviços. Além disso, no momento, não há viabilidade técnica, financeira ou operacional para a adoção de outras soluções que impliquem em uma reestruturação completa ou migração para plataformas distintas, o que poderia acarretar maiores riscos e custos. Desta forma, a aquisição de itens de expansão para o data center existente se justifica pela necessidade de assegurar a eficiência, a segurança e a continuidade do desempenho das operações críticas, em conformidade com as exigências atuais e futuras de processamento de dados.

14.2 Nesse viés, faz-se necessária a exigência de qualificação técnica das licitantes, visando comprovar a capacidade de fornecer e implementar soluções que atendam aos padrões de qualidade, segurança e desempenho estabelecidos. Tal exigência é fundamental para garantir que as empresas proponentes possuam a expertise e os recursos necessários para a execução eficiente do projeto, mitigando riscos de falhas técnicas, atrasos ou incompatibilidades com a infraestrutura existente. Entre os critérios de qualificação, devem ser considerados o histórico de fornecimento de soluções semelhantes, a experiência comprovada em projetos de escala equivalente e a certificação em tecnologias relevantes. As empresas também devem cumprir as normas legais, como a LGPD, assegurando a proteção de dados e a continuidade dos serviços, contribuindo para a eficiência e escalabilidade do sistema.

14.3 A adoção desses critérios garantirá a seleção de fornecedores tecnicamente aptos, proporcionando maior segurança na continuidade dos serviços e na sustentabilidade da infraestrutura ao longo do tempo, minimizando assim eventuais interrupções operacionais ou prejuízos financeiros.

14.4 A qualificação técnica das licitantes também permite um alinhamento mais preciso com as necessidades específicas de cada órgão, otimizando o processo de modernização e assegurando que a solução adquirida possa ser integrada de maneira eficaz e escalável, contribuindo para a eficiência geral do sistema.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1 A atualização tecnológica de toda infraestrutura de servidores de processamento de dados, de virtualização e banco de dados é a mais adequada para a demanda apresentada em decorrência dos custos estimados, e na possibilidade da eventual aquisição poder ser realizada por meio de sistema de registro de preços, levando em consideração que o pagamento será realizado conforme a demanda, pois é o formato economicamente mais viável, vantajoso e que tem os melhores resultados ao porte da Instituição.

15.2 A contratação por **SRP** proposta é um instrumento que se presta a atender uma demanda estimada de um conjunto comum de produtos, solicitados por diferentes requisitantes dentro do Instituto. O uso deste instrumento é amplamente incentivado na Administração Pública, visto que simplifica os procedimentos administrativos de aquisição e garante a padronização adequada de equipamentos de TI, além de permitir uma gestão de recursos financeiros mais eficiente por parte do INPE.

15.2.1. A renovação de quantitativos não será aplicada, pois configuraria acréscimo vedado pelo art. 23 do Decreto 11.462/2023. **A prorrogação da ata** tem apenas o objetivo de manter o saldo remanescente, não autorizando nova estimativa ou ampliação automática dos quantitativos originalmente registrados.

15.3 Ante o exposto, destaca-se de qualquer forma que permanece sendo necessária a exigência de **qualificação econômico-financeira** das licitantes, haja vista o alto vulto derivado da soma dos valores estimados para os itens, fazendo-se imperioso assegurar que a futura contratada possua boa saúde financeira para executar adequadamente o objeto.

16. Parcelamento do objeto da contratação

18.1. **O parcelamento** - princípio a ser observado pela Administração no planejamento de suas compras, em atenção à alínea *b* e aos §§ 2º e 3º do inciso V do art. 40 e ao § 1º do art. 47, ambos da Lei 14.133/2021 - **mostra-se, no presente caso, técnica e economicamente viável**, não representando perda de economia de escala.

18.2. Dessa forma, esta licitação será realizada por itens - não haverá, pois, a formação de grupos /lotes -, cada um deles objetivando a aquisição de um material distinto, cujas especificidades estão devidamente descritas.

18.3. Opta-se por tal modelo em razão de ser ele fator ampliador da competitividade, possibilitando a adjudicação de cada item individualmente e, por conseguinte, a contratação de empresas distintas, segundo o ramo de atividade/linha de fornecimento.

17. Levantamento de Mercado

19.1. Por meio da pesquisa de preços, em análise das contratações firmadas por este e por outros órgãos públicos, constata-se que tanto fabricantes quanto revendedores de servidores são **potenciais fornecedores** para a demanda aqui pretendida.

19.2. Há também diversas possibilidades de marcas disponíveis no mercado que atendem às especificações dos itens; logo, vislumbra-se uma ampla concorrência no certame.

19.3. Quanto ao **porte** das possíveis licitantes, como não foram identificados o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências da presente licitação, **na presente contratação não será adotada a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme preconizam os arts. 47 e 48 da Lei Complementar Nº 123/2006, visto que, em atenção aos incisos II e III do art. 49 da mesma Lei, tal tratamento diferenciado pode representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

19.3.1. Em caráter meramente ilustrativo acerca do porte, segue abaixo levantamento de alguns possíveis fornecedores por/da região:

| CNPJ | RAZÃO SOCIAL | PORTE | CIDADE | REGIÃO |
|--------------------|--|-------------|--------------|----------------------|
| 00.125.766/0001 | AMR Consultoria Informática Serviços e Soluções Ltda. | porte médio | São Paulo SP | São Paulo SP |
| 12.477.490/0002-81 | LÍDER NOTEBOOKS COMÉRCIO SE SERVIÇOS LTDA | porte médio | Ibituruna | Montes Claros /MG |
| 02.543.216/0001-29 | Perfil Computacional LTDA | porte médio | Farroupilha | Rio Grande do Sul |

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

18.1 Disponibilizar aos usuários do sistema de supercomputação os recursos de armazenamento de dados e processamento de dados de alto desempenho, com categorias de desempenho e capacidade sob medida e necessárias, seguindo os modelos definidos pelo COTIC/INPE e área requisitante, proporcionando disponibilidade de recursos essenciais ao trabalho, continuidade dos negócios, celeridade e economicidade para a Administração Pública Federal, além de:

18.1.1 Melhorar a segurança das soluções ofertadas pela rede de computadores dispondo de sistemas operacionais de virtualização e de servidores de rede atualizados;

18.1.2. Ampliar a disponibilidade dos serviços de rede de computadores passando a contar com soluções cobertas por garantia de fornecedores;

18.1.3. Melhorar a capacidade de realização de cópias de segurança e recuperação de dados;

18.1.4. Gerenciamento centralizado de toda a solução em uma única plataforma;

19. Providências a serem Adotadas

18.1 Não foram identificadas providências a serem adotadas pelo INPE anteriormente à celebração do contrato, tais como necessidade de treinamento ou capacitação de servidores ou de empregados ou adequação do ambiente da organização.

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

Eficácia –

SERVIÇOS: Os serviços estão especificados de forma a garantir a entrega do objeto com prazos para execução bem definidos e estão baseadas em resultados e níveis de qualidade definidos.

BENS: Os bens estão especificados e deverão ser entregues em conformidade com as necessidades elencadas, baseados em parâmetros técnicos bem definidos.

Eficiência –

SERVIÇOS: A eficiência na execução dos serviços especificados está assegurada considerando as exigências e metodologia de acompanhamento estabelecidas no processo.

BENS: A eficiência na entrega do(s) objeto(s) especificado(s) está assegurada considerando as exigências e metodologia de acompanhamento estabelecidas no processo.

Efetividade –

SERVIÇOS: A efetividade na execução dos serviços está vinculada a completude das especificações das necessidades técnicas e temporais conforme levantado junto à(s) área(s) requisitantes, e está assegurada considerando a inclusão de todas as necessidades nas especificações contidas no processo.

BENS: A efetividade na execução do(s) objeto(s) está vinculada a completude das especificações das necessidades técnicas e temporais conforme levantado junto à(s) área(s) requisitantes, e está assegurada considerando a inclusão de todas as necessidades nas especificações contidas no processo.

Economicidade –

SERVIÇOS: A definição dos resultados, vinculados aos níveis de serviços exigidos para cada serviço demandado, proporcionará ao INPE resultados efetivos por custos justos, já que as especificações prévias da maioria dos serviços em fase licitatória darão às concorrentes igualdade de condições para provisionar o custo real da contratação.

BENS: A definição de especificações técnicas e temporais de acordo com as necessidades reais e em conformidade com as boas práticas de mercado proporcionará ao INPE resultados efetivos por custos justos, já que as especificações prévias da maioria dos serviços em fase licitatória darão às concorrentes igualdade de condições para provisionar o custo real da contratação.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIEGO MOTA SIQUEIRA

Integrante Requisitante - Gestor do Contrato



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 15:40:24.

ROBERTO CARLOS DUARTE DE FREITAS

Gestor de contrato _ Substituto



Assinou eletronicamente em 13/11/2025 às 16:35:36.

PAULO HENRIQUE DE ARAUJO RIBEIRO

Fiscal Administrativo e Técnico

JORGE MARTINS DE MELO

Fiscal Administrativo e Técnico Substituto



Assinou eletronicamente em 17/11/2025 às 07:52:34.

MARIO LEMES DE FIGUEIREDO NETO

Integrante Técnico - COTIC



Assinou eletronicamente em 13/11/2025 às 16:23:55.

MARY CLEIDE HERNANDES MANTOVANELI

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 12/11/2025 às 09:49:56.

INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

ANEXO I - Termo de Referência 13/2025

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|----------------------------|---------------------------|
| 13/2025 | 240108-INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT | ADRIANA DA SILVA CALDERARO | 24/11/2025 11:15 (v 1.11) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|-----------------------|-------------------------|
| VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC | 24/2025 | 01340.006365/2025-16 |

1. ANEXO I - Termo de Referência

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

ANEXO I - Termo de Referência

O **Termo de Referência** já consta neste processo, no documento **SEI nº 13286458** (segue abaixo indicação do Modelo AGU adotado), bem como o **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, seu apêndice, sob o **SEI nº 13286471**.

Modelo de TR para Aquisição de Bens de TIC

Versão: jul/2023

Aprovado pela Diretoria de Gestão de Recursos de TI/SGD/MGI

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA DA SILVA CALDERARO

Pregoeira



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 11:15:11.

INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

Ata de Registro de Preços 11/2025

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|----------------------------|--------------------------|
| 11/2025 | 240108-INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT | ADRIANA DA SILVA CALDERARO | 24/11/2025 11:26 (v 0.5) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|-----------------------|-------------------------|
| VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC | 24/2025 | 01340.006365/2025-16 |

1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – MCTI
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE

Processo Administrativo nº 01340.006365/2025-16

Ata de Registro de Preços nº .../2025

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, com sede na Rodovia Presidente Dutra, Km 40, na cidade de Cachoeira Paulista - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 01.263.896/0016-40, neste ato representado pelo **Ordenador de Despesas Raul Ferreira da Silva Junior**, nomeado pela Portaria nº 1252/2024/SEI-INPE, de 02 de agosto de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 2796948, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **90118/2025**, publicada no de/2025, processo administrativo nº 01340.006365/2025-16, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de servidores de processamento de dados, para atender às necessidades da Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS) do INPE de Cachoeira Paulista /SP, incluindo os serviços de instalação, configuração, e, por período de 60 meses, prestação de garantia e assistência técnica dos equipamentos, com reposição de peças**, especificado no item 01 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº **90118 /2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Telefone(s):

E-mail:

Representante Legal:

| Item | Especificação | Marca | Modelo | Unidade | Quantidade Mínima | Quantidade Máxima | Valor Unitário | Prazo garantia |
|------|---------------|-------|--------|---------|----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| | | | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **não poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cachoeira Paulista, data e hora da assinatura.

ASSINATURAS ELETRÔNICAS:

REPRESENTANTE LEGAL DO FORNECEDOR REGISTRADO:

(Assinado eletronicamente)

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

(Assinado eletronicamente)

Raul Ferreira da Silva Júnior

Ordenador de Despesas

SIAPE: 2796948

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

RAZÃO SOCIAL:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Telefone(s):

E-mail:

Representante Legal:

| Item | Especificação | Marca | Modelo | Unidade | Quantidade Mínima | Quantidade Máxima | Valor Unitário | Prazo garantia |
|------|---------------|-------|--------|---------|----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

RAZÃO SOCIAL:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Telefone(s):

E-mail:

Representante Legal:

| Item | Especificação | Marca | Modelo | Unidade | Quantidade Mínima | Quantidade Máxima | Valor Unitário | Prazo garantia |
|------|---------------|-------|--------|---------|----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| | | | | | | | | |

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA DA SILVA CALDERARO

Pregoeira



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 11:26:00.

INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

Contrato 3/2025

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|----------------------------|--------------------------|
| 3/2025 | 240108-INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT | ADRIANA DA SILVA CALDERARO | 24/11/2025 11:31 (v 0.7) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|-----------------------|-------------------------|
| VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC | 24/2025 | 01340.006365/2025-16 |

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – MCTI

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 01340.006365/2025-16)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS –
INPE E

A União, representada pelo **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI**, por intermédio do **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE**, com sede na Rodovia Presidente Dutra, Km 40, CEP 12630-970, em Cachoeira Paulista – SP, inscrito no CNPJ sob o nº 01.263.896/0016-40, neste ato representado pelo seu **Diretor**

Interino Antônio Miguel Vieira Monteiro, nomeado pela Portaria nº 216, de 20 de fevereiro de 2025, publicada no D. O.U. de 21 de fevereiro de 2025 portador da Matrícula Funcional nº 0664462, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, na cidade de, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, conforme, tendo em vista o que consta no Processo nº 01340.006365/2025-16 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90118/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Eventual aquisição de servidores de processamento de dados, para atender às necessidades da Coordenação de Infraestrutura de Dados e Supercomputação (COIDS) do INPE de Cachoeira Paulista/SP, incluindo os serviços de instalação, configuração, e, por período de 60 meses, prestação de garantia e assistência técnica dos equipamentos, com reposição de peças**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **105 (cento e cinco) dias úteis** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/10/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Não se aplica.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E /OU por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

11.2.2. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.3. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

11.2.4. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.10, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

11.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11.18. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

11.19. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal na cidade de São José dos Campos - São Paulo, Seção Judiciária de São José dos Campos/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São José dos Campos, data e hora da assinatura.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: maio/2023

Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de compras/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Aprovado pela Secretaria de Governo Digital.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA DA SILVA CALDERARO

Pregoeira



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 11:31:19.

INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

ANEXO VI - Minuta da Autorização de Compra/Serviço 14/2025**Informações Básicas**

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|----------------------------|--------------------------|
| 14/2025 | 240108-INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT | ADRIANA DA SILVA CALDERARO | 24/11/2025 11:17 (v 3.7) |
| Status ASSINADO | | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|-----------------------|-------------------------|
| VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC | 24/2025 | 01340.006365/2025-16 |

1. AUTORIZAÇÃO DE COMPRAMINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

Av. dos Astronautas, 1758, - Bairro Jardim da Granja,

CEP 12227-010, São José dos Campos - SP - <http://www.inpe.br/>**AUTORIZAÇÃO DE COMPRA/SERVIÇO**

| | | | |
|-------------------------------|------|--|--|
| AUTORIZAÇÃO DE COMPRA/SERVIÇO | | Nº: ____/202__ | |
| PR: | | CACHOEIRA PAULISTA, ____ de ____ de 202__. | |
| FORNECEDOR: | | | |
| CNPJ: | | IE: | |
| ENDEREÇO: | | | |
| TELEFONE: | FAX: | CEP: | |

| | | |
|-------------|----------|----------|
| BANCO: | C/C: | AGÊNCIA: |
| NOME BANCO: | CONTATO: | |
| E-MAIL: | | |
| CHAVE PIX: | | |

| Item ATA | Código | Descrição / Observação | Unid. | Qtde. | Preço Unitário | IPI % | Total |
|----------|--------|------------------------|-------|-------|----------------|-------|-------|
| | | | | | | | |
| | | | | | TOTAL: | | |

| |
|--|
| <p>Observações:</p> <p>Fazem parte desta Autorização de Compra o Edital do Pregão SRP 90118/2025, sua proposta datada de .../.../202..., a Ata de Registro de Preços, vigente de .../.../... a/.../..., bem como todos os anexos.</p> <p>- Amparo legal: Lei 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023; IN SEGES/ME nº 73/2022.</p> <p>- Poderão ser aplicadas as Sanções Administrativas de acordo com o item 12 do Edital, em caso de descumprimento das condições de fornecimento desta Autorização de Compra.</p> <p>- Esta Autorização de Compra/Serviço só terá validade mediante Nota de Empenho.</p> <p>- Os pagamentos serão efetuados exclusivamente por meio de Ordem Bancária.</p> <p>- Local de entrega:</p> <p>- Condições de Fornecimento:</p> <p>- Prazo de entrega:</p> <p>- Prazo de pagamento:</p> |
|--|

| |
|---|
| - Validade da proposta: |
| |
| O faturamento deverá ser para: |
| |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações |
| Rod. Presidente Dutra, km 40 CACHOEIRA PAULISTA, SP CEP: 12630-000 |
| CNPJ: 01.263.896/0016-40 IE: Telefone: +55(12)3186-9613 +55(12)3186-9485 +55(12)3186-9315 |

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA DA SILVA CALDERARO

Pregoeira



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 11:17:39.